

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.714.508 - SC (2017/0313041-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADO : MAURICIO SCANDELARI MILCZEWSKI - SC025166A
EMBARGADO : ADEMAR SCHMOELLER
ADVOGADOS : FERNANDO GOUVÊA - SC013119
ALEXANDRE MACHADO DE MELO - SC011212

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO. EXISTÊNCIA.

1. A existência de omissão na decisão embargada conduz ao acolhimento da pretensão.
2. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes.

DECISÃO

Cuidam-se de embargos de declaração no agravo em recurso especial, opostos por BANCO SAFRA S A, contra decisão que deu provimento ao recurso especial que interpusera.

No presente recurso, aponta o embargante possível equívoco da decisão embargada em relação à distribuição dos ônus sucumbenciais, tendo em vista a procedência do apelo especial.

É o breve relatório.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja, na decisão impugnada, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

De fato, a decisão embargada foi contraditória no que se refere à distribuição dos ônus de sucumbência, eis que a procedência do recurso especial resultou na total improcedência dos pedidos revisionais.

Dessa forma, o dispositivo da decisão embargada passa a ter a

seguinte redação (e-STJ fls. 242/245):

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, para reconhecer a legalidade da capitalização diária de juros.

Em face do provimento do apelo especial, condeno o recorrido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, mantidos quanto a estes o valor fixado na origem.

Deixo de majorar honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, em razão do provimento do apelo especial (EDcl no AgInt no REsp 1573573/RJ, Terceira Turma, DJe de 08/05/2017).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Forte nessas razões, ACOLHO os embargos de declaração apenas para retificar a parte dispositiva da decisão, no que tange à distribuição dos ônus de sucumbência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora